

Bush não pode escapar ao Médio Oriente

George Joffé

A ilusão do novo Presidente norte-americano de que poderia ter uma política bastante mais distanciada do que a de Clinton em relação ao conflito israelo-árabe acabou. A realidade impôs-se a George W. Bush sob a forma de uma nova explosão de violência no Médio Oriente. E os EUA não a podem ignorar.

O Presidente Bush poderá ter acalentado a ideia, ao iniciar a sua Presidência há três meses, de que conseguiria o que nenhuma anterior Administração conseguira: um menor envolvimento no Médio Oriente. Fora, afinal, isso que os seus principais colaboradores de política externa, liderados pelo antigo chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Colin Powell, tinham sugerido, com o entusiástico apoio do Presidente.

A intenção era abandonar a micro-gestão clintonesca do processo de paz do Médio Oriente – a que muitos atribuem a culpa da actual confusão na região – e centrar-se, em vez disso, no Iraque. A mensagem foi aparentemente repetida ao novo primeiro-ministro israelita Ariel Sharon durante a sua visita a Washington, em Março, dando-lhe a impressão errada de que Israel teria agora as mãos livres para pôr termo à intifada de al-Aqsa, que dura há seis meses e destruiu virtualmente a iniciativa de paz de Oslo.

Raras vezes uma importante opção política conheceu uma alteração tão rápida, com as ideias feitas sobre a autonomia de acção presidencial a serem arrasadas pela dura realidade, na qual Sharon desempenhou um papel fundamental. Foi ele quem desencadeou a intifada de al-Aqsa com a sua mal calculada provocação no final de Setembro, tal como foi ele quem provocou a súbita crise no Médio Oriente que vai obrigar o Presidente Bush a prestar mais atenção à região.

A agenda de Sharon

Não se trata apenas de uma intensificação da crise militar, com Israel a preparar-se para reocupar território palestino e a voltar-se contra a Síria. São também os velhos preconceitos de Sharon que ajudaram a provocar a violência – com a sua disparatada sugestão de que os judeus ortodoxos e outros não-muçulmanos deveriam ter direitos de acesso ao “Haram ash-Sharif” (direitos que o Supremo Tribunal de Israel negou ao mais extremista destes grupos, os Fiéis do Monte do Templo) ou de que as crianças de escola deveriam visitar o provocatório colonato judeu no coração de Hebron.

Agora, Sharon deixou claro que, para ele, a paz não passa de uma ilusão. Numa entrevista ao diário israelita liberal “Ha’aretz” em meados de Abril, programada aparentemente para coincidir com a Páscoa, o primeiro-ministro afirmou que Israel está envolvido numa guerra fria com o mundo árabe que durará “cartorze ou quinze anos”. No entanto, Israel, com a sua dinâmica economia, em comparação com as do mundo árabe que estão claramente a falhar, acabaria eventualmente por forçar os Estados árabes a encarar as realidades e a aceitá-las.

Até lá, para os palestinianos os ganhos seriam poucos. Não haveria novas negociações enquanto a violência não acabasse – algo que Sharon, tal como a maioria dos israelitas, sejam “duros” ou liberais, pensa erradamente que Yasser Arafat poderia conseguir com um estalar de dedos. Esse foi um ponto que Shimon Peres, o vencedor do Nobel da Paz e antigo político trabalhista, agora – por razões

obscuras que não parecem ter nada a ver com interesses de Estado – ministro dos Negócios Estrangeiros de Sharon, deixou claro ao negociador da Autoridade Palestiniana, Nabil Sha'ath, em Atenas, a 4 de Abril.

Mas, mesmo que a violência acabasse, as vantagens para os palestinianos continuariam a ser reduzidas: não mais do que 42 por cento dos territórios ocupados seriam entregues, todos os colonatos continuariam a existir, os refugiados não seriam autorizados a regressar e não haveria quaisquer concessões relativamente a Jerusalém, que permaneceria sob controlo israelita.

É difícil evitar a conclusão de que Sharon aprendeu pouco desde que envolveu Israel na crise libanesa, em 1982, enganando o governo em relação ao verdadeiro objectivo da invasão e acabando por conquistar uma merecida reputação de criminoso de guerra. Também não ajudou a valorizar o papel da honestidade nas relações internacionais quando prometeu que não seriam construídos novos colonatos e, no início de Abril, alterou subitamente a sua posição. Agora deverá haver 708 novas casas na Cisjordânia, 496 das quais na localidade de Ma'ale Adumim, e mais 2800 no novo colonato de Har Homa, entre Jerusalém e Belém, dentro das fronteiras municipais de Jerusalém.

A crise militar

As ansiedades americanas não foram provocadas, no entanto, por estas preocupações humanitárias. Foi a súbita degradação da situação militar que lançou o alarme em Washington. Embora o primeiro mês de Sharon na chefia do Governo tenha sido relativamente calmo, a violência prosseguiu, implacável, à medida que se permitia o prolongamento do impasse. Era bastante claro que havia pouco que Arafat pudesse fazer para acabar com ela, dado que o Hamas e a Jihad Islâmica iniciaram uma campanha de ataques bombistas no interior de Israel no início do ano, enquanto nos territórios ocupados outras figuras, como Mustafa Barghouti, assumiram a liderança dos protestos populares. Além disso, elementos dentro da Fatah, o movimento de Arafat, simplesmente ignoraram os seus apelos para o fim da violência ao iniciarem uma campanha de tiros e morteiros contra o Exército israelita e os colonos.

O facto é que a natureza da violência alterou-se. Em lugar dos confrontos de massa no ano passado, com o seu elevado custo em vidas palestinianas – em meados de Abril 479 pessoas tinham morrido no conflito, 394 das quais palestinianos –, agora começou uma verdadeira guerrilha, à qual o Exército israelita responde com grande poder de fogo e destruição. Mais de 25 mil oliveiras foram arrancadas nos últimos seis meses, ostensivamente para que os snipers não se possam abrigar, mas na realidade como forma de castigo exemplar. Além disso, o mês de Março viu a Cisjordânia dividida em sessenta pequenos cantões isolados, com o Exército a cortar estradas em redor das cidades para evitar movimentos.

A crise intensificou-se no final de Março, logo após seis palestinianos terem sido mortos nas manifestações do Dia da Terra, quando helicópteros israelitas atacaram o quartel-general da Força 17, o corpo de elite de guarda-costas de Yasser Arafat, em Gaza e em Ramallah, na sequência de um atentado suicida. No dia seguinte, cinco membros da Força 17, acusados de planearem ataques terroristas, foram capturados por um esquadrão israelita operando dentro dos territórios sob controlo palestiniano. Depois, um líder da Jihad Islâmica que tinha sido detido pelas forças de segurança palestinianas foi morto numa cabine telefónica armadilhada.

Mas o verdadeiro momento de viragem aconteceu no dia 11 de Abril. Em resposta a um ataque de morteiro contra um colonato israelita em Gaza, houve um ataque israelita, primeiro com helicópteros, e depois com tanques que avançaram para o campo de Khan Yunis e destruíram casas alegadamente utilizadas pelos snipers contra o colonato vizinho de Neve Delalim.

Seis dias mais tarde, o Exército avançou para o interior de território sob soberania palestiniana em Bait Hanoun, anunciando que estava ali para ficar, depois de alguns morteiros, aparentemente disparados pelo Hamas, terem atingido a cidade

israelita de Serot, junto da Faixa de Gaza. Só uma firme reacção americana fez reverter a situação, mas no dia seguinte o Exército estava de volta, em resposta a mais um ataque de morteiros, e uma violenta batalha rebentou em redor de Belém. Até agora houve quatro incursões israelitas em território sob soberania palestina – acções que ameaçam destruir os Acordos de Oslo, dos quais depende todo o processo de paz.

O próprio Presidente Bush teve que telefonar ao primeiro-ministro israelita para aconselhar contenção quando Israel, numa outra iniciativa, atacou posições sírias nos Montes Golã, depois de guerrilheiros libaneses do Hezbollah terem feito uma emboscada a uma patrulha israelita na região disputada das Shebaa Farms. A Síria não poderá vingar-se atacando directamente Israel, mas usará os seus “representantes” regionais, sobretudo o Hezbollah, iniciando assim uma violência “olho por olho”, que ameaça transformar-se numa guerra generalizada – mais uma vez repetindo um ciclo que Sharon conhece bem!

A resposta americana

Agora a Administração Bush está a discutir a nomeação de um novo conselheiro para a paz – um papel desempenhado no passado com uma imparcialidade indiferente por Dennis Ross, actualmente num retiro académico. Foram referidos nomes como o de Edward Djerdjarian, antigo embaixador em Israel, ou Richard Haas, actualmente no influente “think-tank” de Washington Brookings Institution, e que foi antes disso um alto responsável do Departamento de Estado ligado ao Médio Oriente.

O novo conselheiro não terá um envolvimento tão intenso como o do seu antecessor democrata, mas o seu papel irá demonstrar como o Presidente Bush foi incapaz de escapar aos imperativos do Médio Oriente – em parte criados pelas atitudes americanas – dos quais o conflito israelo-árabe é o tema dominante. Em resumo, o Presidente Bush está a aprender, dolorosa mas rapidamente, uma lição que todos os seus antecessores aprenderam: o conflito israelo-árabe estará no centro das suas preocupações com o Médio Oriente, quer ele queira quer não, e não pode contar com Israel, o principal aliado dos EUA na região, para demonstrar contenção. Está também a aprender o lado negativo da estabilidade hegemónica: quando se é a única superpotência, ninguém resolve os problemas por nós. A Europa, diga-se com tristeza, não o pode fazer porque, apesar de Miguel Moratinos, Javier Solana, Chris Patten e o Processo de Barcelona, não tem uma política alternativa para oferecer a nenhum dos lados!